Orçamento público e o seu impacto nas IEES/IMES/IDES

Professora Renata Gama (Uerj)
2° Vice-Presidente da Regional RJ
(Coordenação do setor das IEES/IMES/IDES Andes-SN)

XX ENCONTRO
DO SETOR DAS ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAL
IEES-IMES-IDES

18 A 20 DE OUTUBRO (2024) UERJ-RIO DE JANEIRO

ANDES SINDICATO NACIONAL
IEES IMES IDES

ANDES
SINDICATO NACIONAL

Orçamento público e o seu impacto nas IEES/IMES/IDES

ANDES
SINDICATO NACIONAL

1. Regime de Recuperação Fiscal - Propag
2. Lei Kandir
3. ICMS
4. Subvinculações
5. Emendas Parlamentares

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

Criado em **2017** no **governo Temer**

Lei Complementar Federal nº **159/2017.**

“Socorro financeiro aos Estados que se encontram em desequilíbrio financeiro grave, promovendo instrumentos para o ajuste de suas contas”.

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

- Durante o governo Bolsonaro, a **LC 178/2021** alterou a
- Lei Complementar 159/2017.
- Antes o Regime tinha duração de **3 anos** e durante esse tempo o **pagamento da dívida** era **suspenso**,
- O **novo RRF** do **Bolsonaro** passou a ser de **10 anos** - somente no **primeiro ano** o **pagamento da dívida** é **suspenso**. No segundo ano, os Estados são obrigados a voltar a pagar a dívida, começando por 11,12% e aumentando a cada ano mais 11,12%.

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

Fonte: Esquerda diário

Fonte: Brasil de fato

Fonte: Notícias Brasil

RIO DE JANEIRO - Primeiro estado a aderir em 2017

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

Dívida histórica

As dívidas do Rio de Janeiro foram repactuadas na década de 1990, portanto, há 30 anos. Em 1999, houve o maior refinanciamento contratado, de R$ 13 bilhões – nos valores da época. Ao longo do tempo, os débitos foram impactados por diversas leis e normativas federais, além de inúmeros passivos. Desde então, já foram pagos R$ 155 bilhões – sendo cerca de R$ 108 bilhões só de juros e encargos. Apesar do valor já pago, o Rio ainda deve R$ 160 bilhões à União e R$ 30 bilhões por empréstimos garantidos por ela. Há ainda R$ 1 bilhão em operações não garantidas pelo Governo Federal.

Fonte: Portal da fazenda Rj

Notícia de 06/05/24

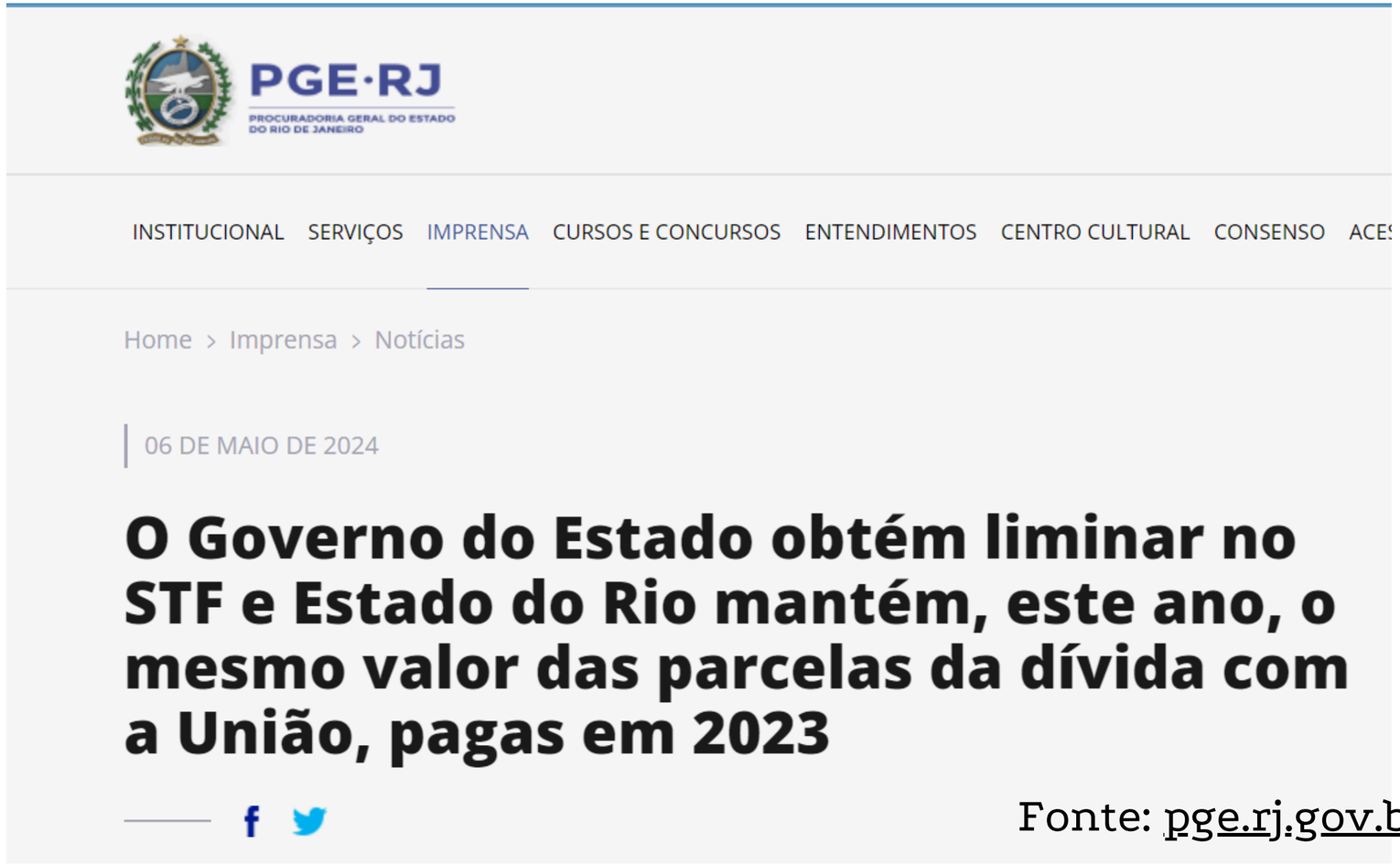
Em 01/11/2024 a dívida já estava em R$ 196 milhões

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

- O Estado do **Rio de Janeiro**, **“teria” de pagar em 2024, R$ 8,6 bilhões** a União
- Declarou que não ter condições financeiras de realizar esse pagamento.
- O governador anunciava **calote no pagamento dos salários dos servidores públicos estaduais**.

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)



PGE·RJ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INSTITUCIONAL SERVIÇOS IMPRENSA CURSOS E CONCURSOS ENTENDIMENTOS CENTRO CULTURAL CONSENSO ACES

Home > Imprensa > Notícias

06 DE MAIO DE 2024

O Governo do Estado obtém liminar no STF e Estado do Rio mantém, este ano, o mesmo valor das parcelas da dívida com a União, pagas em 2023

Fonte: pge.rj.gov.br

O Estado do RJ **ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal (STF)**, discutindo o Regime de Recuperação Fiscal.

ANDES SINDICATO NACIONAL

- Ministro Dias Toffoli reconheceu **excesso da cobrança da dívida do Estado do Rio de Janeiro**, incluindo os **juros**, e determinando a **suspensão da multa de 30%** e do **aumento das parcelas** previsto para o ano de 2024, mantendo o valor pago em 2023.
- Em vez de pagar **R$ 9,6 bilhões** à União em 2024, passou para **R$ 4,9 bilhões**.

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

CartaCapital

EDIÇÃO DA SE

CARTAEXPRESSA

STF marca audiência de conciliação sobre dívida do Rio de Janeiro com a União

O governo do estado contesta cláusulas do acordo de recuperação fiscal que comprometeriam os cofres estaduais

POR **CARTACAPITAL** | 09.10.2024 20H05

Fonte: carta capital

O Supremo Tribunal Federal marcou para o próximo dia 30, às 14h, audiência de conciliação sobre as dívidas do estado do Rio de Janeiro com a União.

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

Posteriormente **Goiás** e **Rio Grande do Sul**

Atualmente, está o debate de **Minas Gerais** ingressar

Fonte: Andes-SN

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

MINAS GERAIS

- A adesão do Estado ao **RRF** foi **aprovada** em **primeiro turno** pela ALMG em julho, porém, **não foi votada em segundo turno**.
- Estado de MG entrou no RRF por meio de um acordo com o STF
- Dívida - R$ 165 bilhões

Fonte: Aduemg

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES SINDICATO NACIONAL

Brasil de Fato | Minas Gerais

Pesquisa por...

Fonte: Brasil de Fato

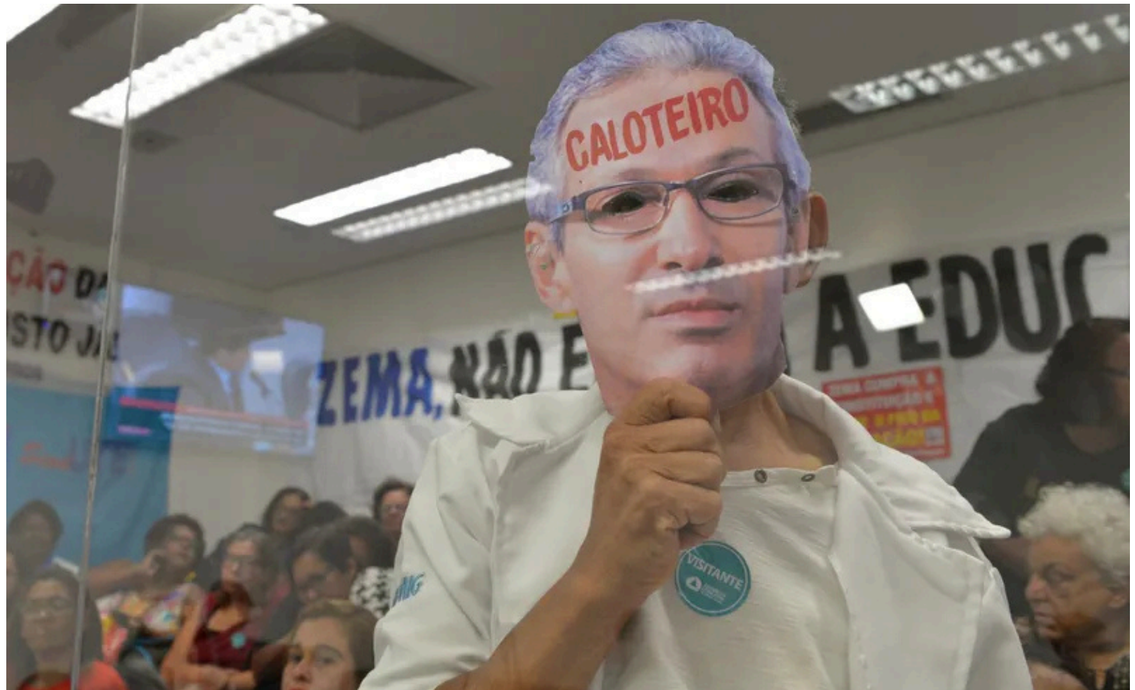
INÍCIO > POLÍTICA

AUTORITÁRIO

Mesmo com forte oposição, Zema adere ao RRF e publica decreto de congelamento de salários

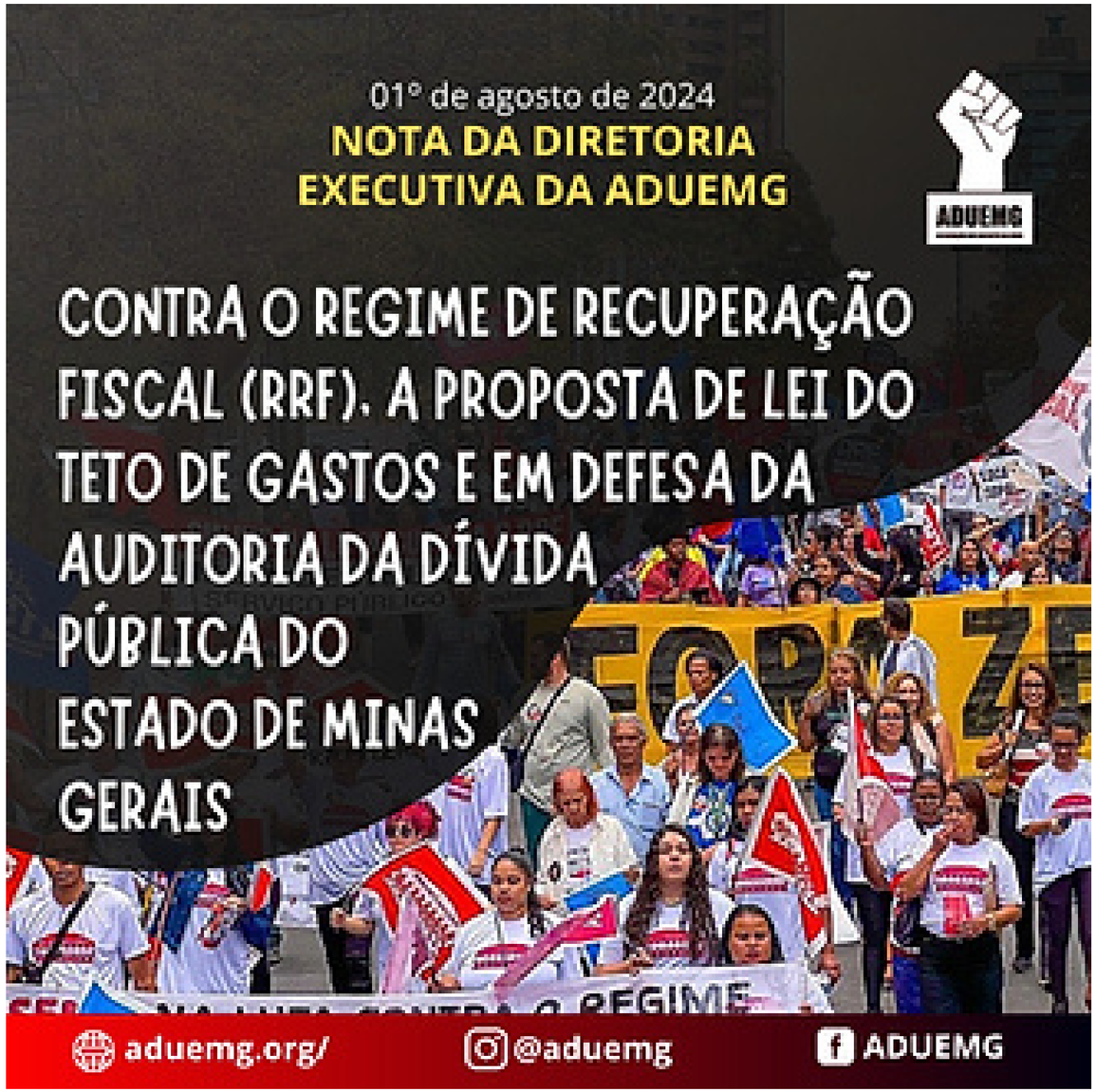
Medida foi tomada sem a autorização da Assembleia Legislativa

Ana Carolina Vasconcelos
Belo Horizonte (MG) | Brasil de Fato MG | 29 de agosto de 2024 às 18:16



- **Decreto de Teto de Gastos**

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)



ANDES SINDICATO NACIONAL

MINAS GERAIS

Obstacularização da realização de novos concursos públicos

"Caso o RRF seja aprovado, teremos problemas e limitações em relação a consolidação prática do cronograma acordado. Defendemos a realização dos concursos para docentes, técnico-administrativo e analistas conforme já previstos, e a criação de novos cargos para contemplar todas as demandas dos cursos e das unidades acadêmicas da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)"

- Teto de gastos
- Congelamento de salários

Fonte: Aduemg

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES SINDICATO NACIONAL

Impactos do RRF

- Congelamento de salários
- suspensão de concursos públicos
- Suspensão de auxílios e direitos
- Privatização de empresas públicas
- Retira autonomia do Estado
- Não resolve o endivadamento, não recupera e aumenta o volume da dívida

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES SINDICATO NACIONAL

Motivos do crescimento da dívida

- **Redução na receita dos estados** por meio da suspensão da lei Kandir, com isso a **União retém bilhões de reais** que deveriam ser repassados aos Estados.

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES SINDICATO NACIONAL

Motivos do crescimento da dívida

1. **Indexadores** utilizados para **cobrança de juros** (IGP-DI + 6% e posteriormente IPCA + 4% ou Selic).
2. Soma-se a isso a **metodologia de variação cumulativa dos índices estabelecida pela União**, ao invés da adoção de um modelo mensal.

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES SINDICATO NACIONAL

Motivos do crescimento da dívida

- Dívidas questionáveis, sem transparência (Estados já pagaram mais que o dobro). **Importância da auditoria**.
- Parte da dívida foi gerada por **passivos de bancos** (ex. Banerj) **incorporados pelos Estados** e grande parte é devido ao **somatório de juros sobre juros**.

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

- Em síntese, a dívida dos Estados com a união apresenta graves indícios de **ilegalidade** e **ilegitimidade**, mas tem sido usada para **privatizações, cortes nos investimentos sociais**, na **saúde**, **educação** e **retirada de direitos dos servidores públicos estaduais**.
- O resultado no ajuste das contas tem sido ineficaz e os Estados saem **mais endividados** do que quando aderem ao RRF.

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) / Projeto de Lei Complementar 121/24,

- Projeto do senador Rodrigo Pacheco (PSD)
- Mantém o formato atual de juros, definido pela inflação mais 4%, mas autoriza desconto nos juros, como a federalização de ativos para o abatimento de parte da dívida.
- Pagamento em 30 anos.

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/08/14/senado-aprova-renegociacao-de-dividas-dos-estados-com-a-uniao

Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag)

ANDES SINDICATO NACIONAL

Se o Rio de Janeiro (que está no RRF) migrar para o Propag? Existe uma regra de transição: no primeiro ano, ele pagará 20% do valor das prestações, sendo o restante incorporado ao saldo devedor. O percentual vai subir gradativamente até chegar a 100% do quinto ano em diante.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

Os Estados para se manterem no propag precisam:

*****Limitar o crescimento anual das despesas primárias!**

(TETO de Gastos)

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag)

ANDES SINDICATO NACIONAL

- **Três regras de correção real** das despesas entre um ano e outro (IPCA + 0%, IPCA + 50% e IPCA + 70%)
- A **depender do crescimento da receita no ano anterior** e da situação fiscal (déficit ou superávit) do ente.
- Algumas despesas podem ser excluídas dos limites de crescimento do gasto, como as despesas com saúde e educação.

Será aplicada a última regra (IPCA + de 70% da variação real positiva da receita primária em 2023) para os que **aderirem ao Propag já em de 2024.**

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Lei Kandir (FHC - 1997?)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

- Uma das normas - **isenção do pagamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)** sobre as exportações de **produtos primários** e **semielaborados** ou serviços.

Perda de arrecadação nos estados devido à isenção do imposto nesses produtos.

Fonte: Agência senado

Lei Kandir

A lei beneficia grandes exportadores de commodities, como:

1. Soja
2. Petróleo
3. Carne bovina
4. Minérios, principalmente o minério de ferro

Lei Kandir

Perda na arrecadação nos estados

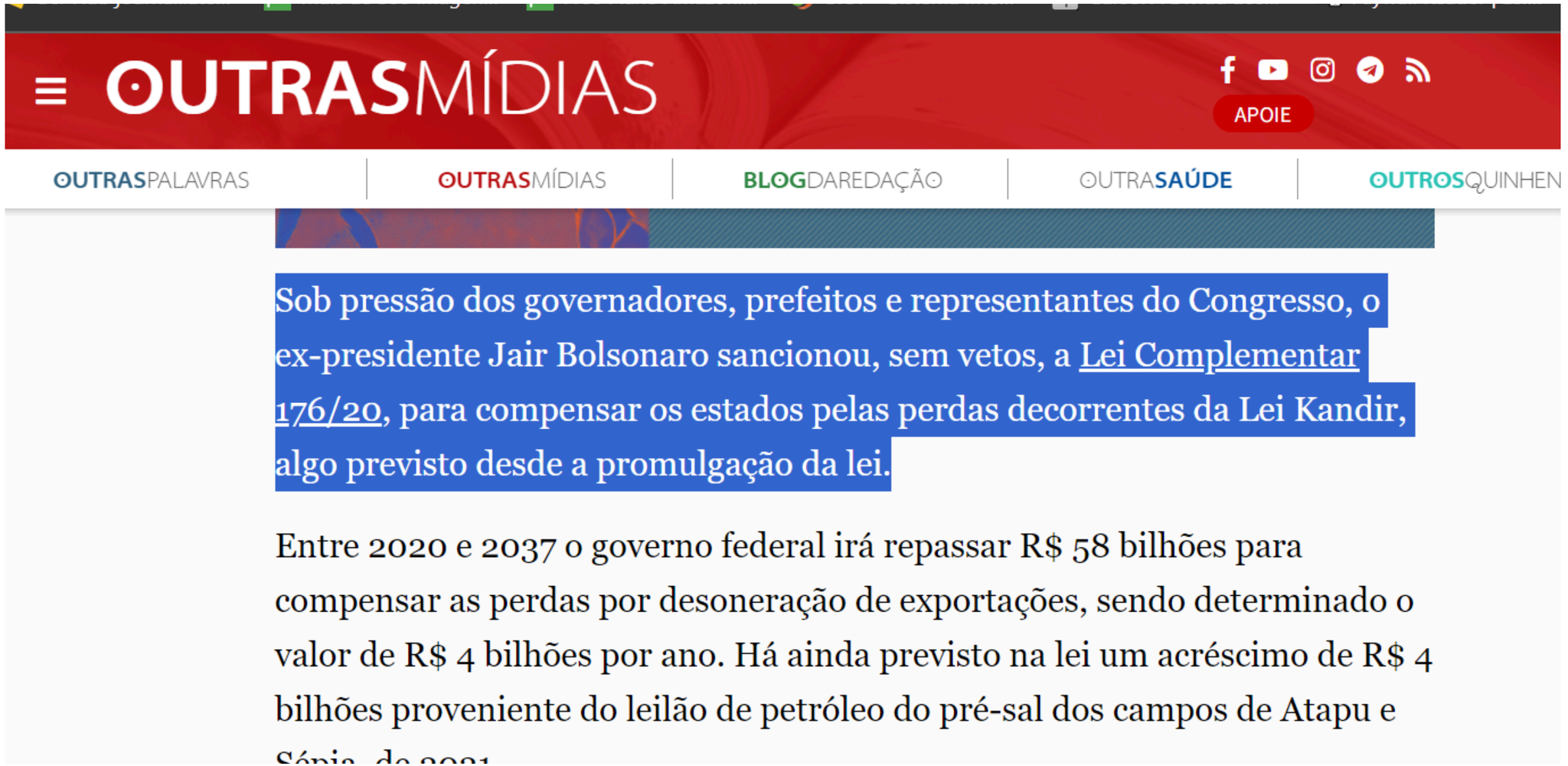
- Até 2003, a Lei Kandir garantiu aos estados o repasse de valores a título de **compensação pelas perdas decorrentes** da isenção de ICMS
- Mas, a partir de 2004, a Lei Complementar 115 – uma das que alterou essa legislação –, embora mantendo o direito de repasse, **deixou de fixar o valor**.

Fonte: Agência senado

Lei Kandir

Perda na arrecadação nos estados

ANDES
SINDICATO NACIONAL



OUTRASMÍDIAS

APOIE

OUTRASPALAVRAS | OUTRASMÍDIAS | BLOGDAREDAÇÃO | OUTRASAÚDE | OUTROSQUINHEN

Sob pressão dos governadores, prefeitos e representantes do Congresso, o ex-presidente Jair Bolsonaro sancionou, sem vetos, a Lei Complementar 176/20, para compensar os estados pelas perdas decorrentes da Lei Kandir, algo previsto desde a promulgação da lei.

Entre 2020 e 2037 o governo federal irá repassar R$ 58 bilhões para compensar as perdas por desoneração de exportações, sendo determinado o valor de R$ 4 bilhões por ano. Há ainda previsto na lei um acréscimo de R$ 4 bilhões proveniente do leilão de petróleo do pré-sal dos campos de Atapu e

Fonte: Outras mídiass

Lei Kandir

Por que derrubar essa lei?

ANDES
SINDICATO NACIONAL

- **Estados perderam muito em impostos** devido a **Lei Kandir** e a falta de compensação da União.
- Lei que isenta mineradoras de pagar imposto sobre exportações
- Afeta em até 90% a arrecadação do setor aos municípios.
- Impactos ambientais, país fica atrás no páreo industrial: com ferro barato, “o Brasil subsidia o aço chinês”

ICMS

ANDES
SINDICATO NACIONAL

- **Nova reforma tributária - alguns impostos extintos**
- Unificação: **ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins** — cobrança única
- Será dividida entre os níveis federal (**CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços**) e estadual/municipal (**IBS: Imposto sobre Bens e Serviços**).

Fonte: Agência Senado

ICMS

ANDES
SINDICATO NACIONAL

Reforma tributária coloca financiamento e autonomia das universidades em pauta. Debate apontou cenários, reivindicações e cobranças aos reitores

Notícias / 04 Julho 2024

"A autonomia e o financiamento das universidades estaduais paulistas sofrem questionamentos e ataques desde o início, mas nunca estiveram tão em risco quanto agora."

A opinião é de Sebastião Neto Ribeiro Guedes, professor da Unesp em Araraquara e diretor da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp). Ele foi um dos expositores no debate "***Como ficará o financiamento das universidades estaduais paulistas com a reforma tributária?",*** realizado pelo Fórum das Seis em 25/6/2024, no campus da Unesp de Bauru, cuja íntegra está disponível no ***Youtube***. Michele Schultz, presidenta da Adusp e coordenadora do Fórum, e José Luís Pio Romera, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) e membro do GT Verbas da Adusp/Fórum das Seis, compuseram a mesa. A apresentação coube a Jorge Cerigatto, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (STU).

Fonte: Adusp

SUBVINCULAÇÕES ESTADOS – IEES

ANDES SINDICATO NACIONAL

Estado	Subvinculação	Estado	Subvinculação
Amazonas	5% do mínimo MDE	Rio G. do Norte	2,31% até 3,08% (2022-2025) da RLI
Amapá	2% ICMS		
Ceará	20% da MDE (capital)	Rio G. do Sul	0,5% MDE
Maranhão	20% da MDE	Santa Catarina	5% MDE em AE
Piauí	5% da MDE	São Paulo	9,57% ICMS
Paraíba	3% da RLI		

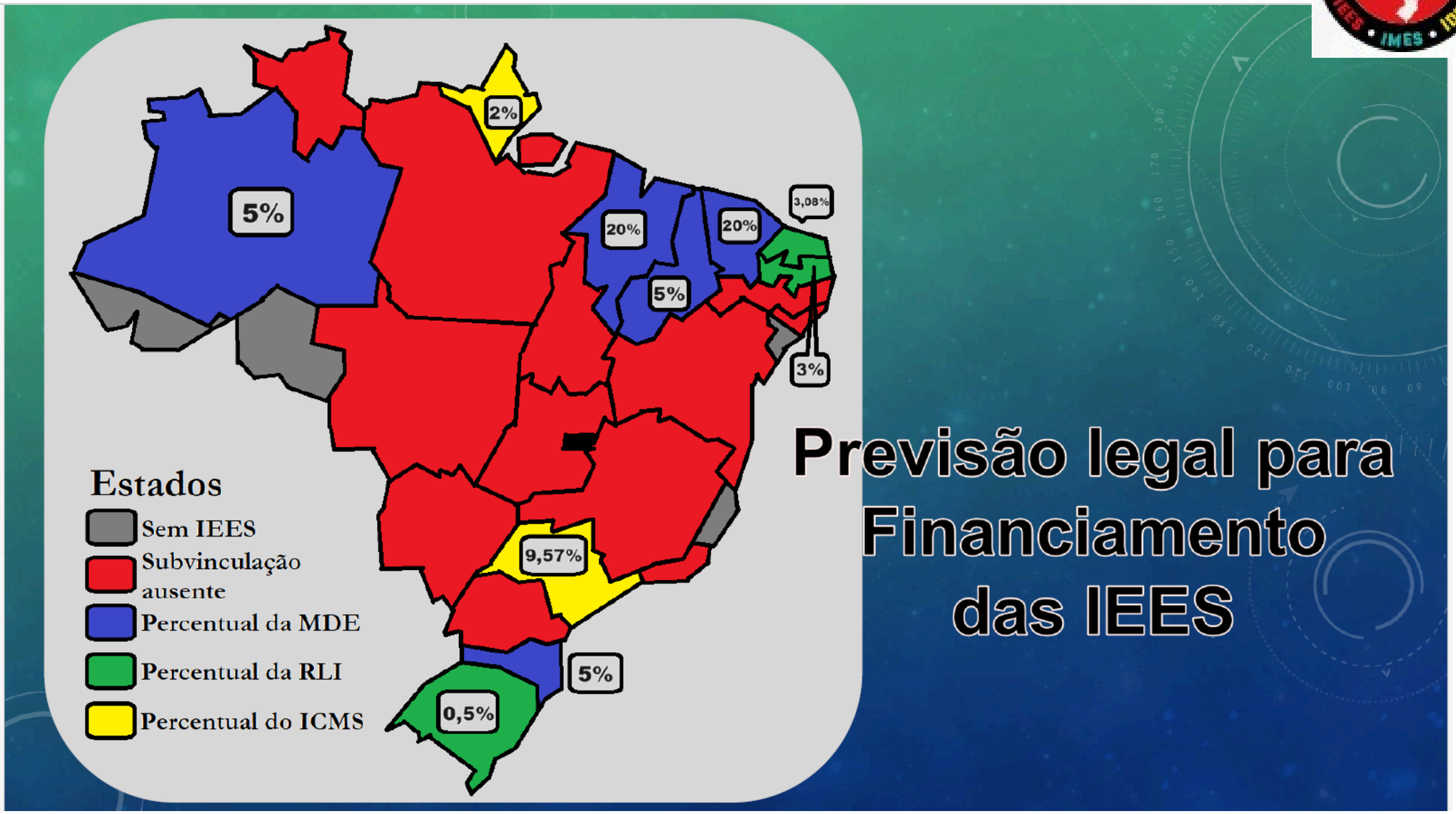
Fonte: GTverbas - Andes-SN

*MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - mínimo constitucional para a educação ou piso da educação

**RLI - Receita Líquida de Impostos (ICMS, IPVA...)

SUBVINCULAÇÕES ESTADOS – IEES

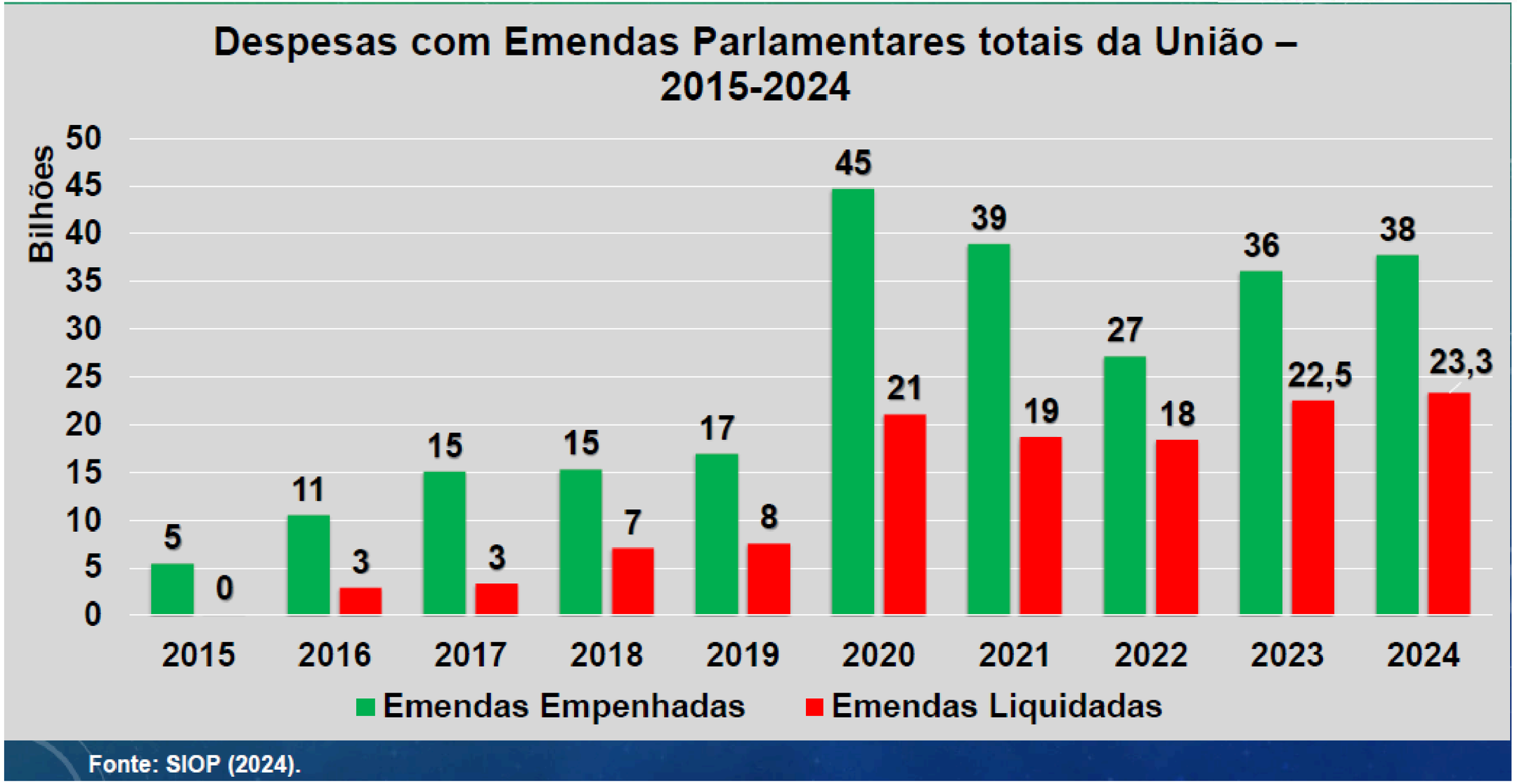
ANDES
SINDICATO NACIONAL



Fonte: GTverbas - Andes-SN

Emendas parlamentares

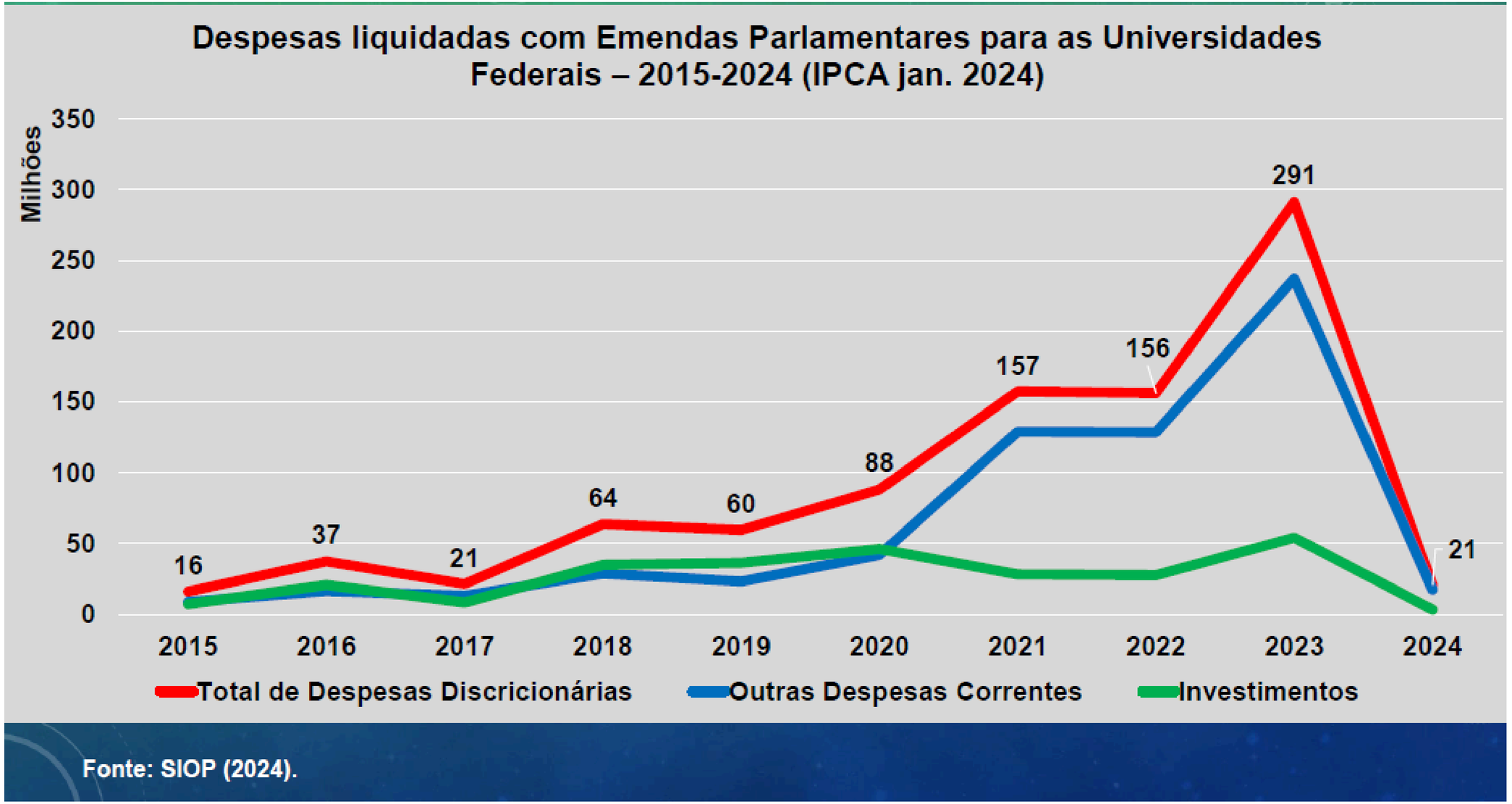
ANDES
SINDICATO NACIONAL



Fonte: SIOP (2024).

Emendas parlamentares

ANDES
SINDICATO NACIONAL



Fonte: SIOP (2024).